



Anais da Assembléia

Nº 96

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1981.

ANO VII

ATOS DA PRESIDÊNCIA:

Resolução:

RESOLUÇÃO N.º 26/81

DATA: 17 de agosto de 1981.

SÚMULA: Acresce inciso que especifica a Artigo do Regimento Interno. (Comissão de Defesa do Consumidor).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O artigo 39, do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

“Art. 39 —
XVIII — Defesa do Consumidor.”

Art. 2.º — A Comissão de Defesa do Consumidor compete opinar sobre matérias atinentes à defesa do consumidor, bem como estimular e promover iniciativas com os setores da comunidade visando o desempenho das suas atividades.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 17/08/81.

a) JOÃO MANSUR

Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Nilso Sguarezi e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Loures Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer, Wilson Fortes (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Carlos Zanlorenzi, Del Ciel, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lêonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Palácios, Renato Bernardi, Romero Filho, Waldyr Pugliesi (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA ADITIVA

AO ANTEPROJETO DE LEI N.º 39/81

Propomos a presente emenda aditiva ao PARÁGRAFO ÚNICO do referido Anteprojeto de Lei, como segue:

Parágrafo único — Os funcionários públicos ficarão sujeitos aos limites de idade previstos no inciso II deste artigo, excetuados os ocupantes de cargos de carreiras policiais civis, ou POLICIAIS MILITARES.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda aditiva justifica-se quanto a necessidade de se dar um tratamento uniforme entre ocupantes de carreiras de policiais civis e militares que pretendam ingressar em outra carreira pertencente aos órgãos policiais civis, objeto deste Estatuto.

A Constituição do Estado do Paraná em seu Capítulo IV Do Poder Executivo, Seção V — Da Segurança Pública, dispõe em seu artigo 54 que, “a manutenção da ordem pública e a segurança interna do Estado, assim como a prevenção, repressão e apuração das infrações penais, não compreendidas na competência da Polícia Federal, serão garantidas através dos órgãos policiais, CIVIS E MILITARES”.

Dessa forma, o dispositivo constitucional engloba no âmbito da segurança pública os dois órgãos, como necessários para integrados manterem a ordem pública e a segurança interna do Estado.

O aditamento proposto através desta Emenda, trará a oportunidade de se aproveitar policiais militares, que pela sua experiência conseguida durante algum tempo na corporação, possam levar aos órgãos da segurança civil do Estado um equilíbrio necessário para bem servir a coletividade, que somados aos demais, engrandecerão ainda mais a Polícia Civil de nosso Estado.

O tratamento dispensado pela Constituição do Estado, quanto a ambos os órgãos policiais sem diferenciação, será assim, com a presente Emenda, atendida em toda sua plenitude em prol do desejado, que é um corpo de policiais experientes e voltados ao atendimento da comunidade paranaense.

A interpretação e integração do pessoal pertencente aos dois órgãos policiais torna-se cada vez mais necessário, principalmente quando se concede a oportunidade de levar de um órgão para outro a experiência adquirida na corporação.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Casa, ouvido o Plenário, que seja consignado em ata, voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, bem como a seu Secretário OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR, pela escolha do Dr. LUCIANO LACERDA para exercer a digna função de Presidente da Jun-

ta Comercial do Paraná, entidade autárquica, vinculada àquela Secretaria de Estado da Justiça, o qual certamente dará seqüência à profícua administração do antecessor, o digno doutor JOÃO FERRAZ DE CAMPOS, que por motivos particulares deixou aquela Presidência. Requeiro ainda que sejam comunicadas as supracitadas personalidades do teor do presente.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

Justifico a presente proposta porque não posso deixar em branco sem destacar, a escolha bem recaída no nome do Dr. LUCIANO LACERDA, homem de notável saber na administração pública, que tenho certeza vai dignamente conduzir aquele órgão da administração indireta do Poder Executivo, continuando assim a grande obra do ex-Presidente Dr. JOÃO FERRAZ DE CAMPOS, que sob a orientação do Excelentíssimo Sr. Secretário da Justiça, muito bem vinha sendo desempenhada para fazer jus à grandiosa equipe liderada pelo melhor Governador do Brasil, que ora nós paranaenses temos o privilégio de ter, homem que pelo próprio nome se impõe incontestavelmente, NEY BRAGA.

Saibam os Senhores que o nosso Governador foi feliz nas duas escolhas, pois a Junta Comercial do Paraná em Governos que antecederam ao de Sua Excelência, estabelecia-se em prédio alugado na Rua Cândido de Leão n.º 33, com sede somente nesta Capital, assoberbando assim os serviços em suas repartições, com amontoado de processos a serem analisados por seus funcionários para posterior envio à sujeição dos critérios dos vogais. Não devemos esquecer que qualquer firma, em qualquer dos recantos de nosso Estado, de Foz de Iguaçu à Paranaíba deveriam remeter uma de suas partes para Curitiba no sentido de obter seu registro, hoje porém a realidade é outra. Conta aquela entidade com sede própria e com Sub-Juntas distribuídas em todo Paraná, além de funcionários tecnicamente treinados para bem atender a todos os paranaenses que necessitarem de seus préstimos, sem que tenham incômodo de viajar a esta Capital para solver seus problemas, uma vez que tais funcionários analisam, nas sedes localizadas nas diversas regiões os processos e remetem a Curitiba para serem ultimados e votados pelos vogais que compõem a Mesa daquele órgão. Isto, Senhor Presidente, é bem administrar, é resposta ao esforço e trabalho de JOÃO FERRAZ DE CAMPOS e OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR isto é enfim, Governo NEY BRAGA, que agora conta com mais um membro de valor em sua equipe, o Dr. LUCIANO LACERDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente expediente, acompanhado do documento anexo, contendo 180 assinaturas, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. Referido documento, representa um apelo dos estudantes de Tamarana no sentido de serem incluídos no programa de transporte escolar, com a cessão de um ônibus para atender aos alunos daquele Distrito, que freqüentam Curso Superior e Curso Pré-Vestibular em Londrina.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, expediente solicitando que determine a inclusão de verba no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1982,

beneficiando a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) ANTÔNIO COTRIM

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade jurídica de direito público, mantenedora da Faculdade de Ciências e Letras e do Colégio Agrícola de Campo Mourão, cuja receita é proveniente das mensalidades cobradas dos alunos e de subvenções municipal e estadual.

A partir de 1978, quando foram aprovados mais três cursos superiores em pleno funcionamento e que hoje ministra ensino superior a mais de 1.000 alunos da região, além da implantação do Colégio Agrícola que em regime de semi-internato e internato acolhe aproximadamente 120 alunos do curso de Técnico em Agropecuária, as despesas de manutenção passaram a ser cobertas pela receita de mensalidades e pela exploração de área agrícola pertencente ao Colégio Agrícola.

Entretanto, o número crescente de alunos nos cursos superiores está exigindo uma ampliação da capacidade da Faculdade de Ciências e Letras, que necessita construir mais oito salas de aula para o próximo período letivo (1982).

O caráter estritamente de formação profissional e cultural da FUNDESCAM, que não visa lucros, faz com que seja a entidade que menor preço cobra de seus alunos, em todo o Paraná e, a credencia plenamente a pleitear ajuda do Governo do Estado pelos enormes benefícios que propicia à juventude de uma vasta e progressista região do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa da publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 169/80, que concede aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CSJ, redução sobre multa, juros e correção, ao saldarem seus débitos em atraso, nas condições que especifica.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para aprovar pedido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que proponha a suspensão por um (01) ano, do prazo de interstício para promoção funcional, da lei que regula e disciplina a Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7.074, de 31 de janeiro de 1979, exige um prazo intersticial de dois anos para efetivação de promoções do quadro de procuradores.

Esta exigência, se bem que salutar e necessária, momentaneamente, está de certo modo impedindo que se aprovelem algumas promoções e como consequência, se preenchem as vagas existentes.

Ademais a suspensão do prazo, atende a características emergenciais, que no entanto, são de alto interesse da própria administração pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, solici-

tando que os editais de pré-qualificação para a construção da ponte-Brasil-Argentina possibilitem a participação do empresário paranaense.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, os editais de Pré-qualificação para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu impediram que as empresas sediadas em nosso Estado tivessem participação na obra, tal o número de exigências feitas na ocasião. Como representante de vários municípios da Região Oeste do Estado, não desejamos que isso venha a se repetir com a construção da ponte Brasil-Argentina. Hoje, por dados oficiais, o problema do desemprego é um dos mais sérios do Estado e tende a se agravar com o não aproveitamento da mão-de-obra a ser liberada por Itaipu. Daí a razão de nossa preocupação e deste pedido que dirigimos ao Ministério dos Transportes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja transformada em sessão solene, a sessão ordinária do dia 25 do corrente mês, a fim de ser convenientemente comemorado o Centenário de nascimento do Almirante Dídio Iratym Affonso da Costa, segundo deliberação da Casa tomada no requerimento nesse sentido, subscrito pelo nobre Deputado Renato Loures Bueno.

Requer, ainda, que em virtude da realização, neste Plenário, do 4.º Seminário Paranaense de Desenvolvimento, previsto para os dias 26, 27 e 28 do corrente, não sejam marcadas sessões para essas datas.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios à Companhia Boa Vista de Seguros e à Superintendência dos Seguros Privados, solicitando esclarecimentos sobre informações que circulam com relação ao contrato ajustado entre a Binacional Itaipu e a Companhia Boa Vista de Seguros.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que circulam informações de que a Binacional Itaipu ajustou um seguro com a Boa Vista Companhia de Seguros, que obriga ao pagamento mensal de Cr\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros) somente de comissão pela corretagem, não há como fugir ao susto que a notícia causou a este parlamentar.

O volume da "corretagem" é tão alto que causa certa temeridade à própria indagação de sua veracidade, tratando-se de finanças públicas, principalmente quando se sabe que o Diretor da Companhia, coincidentemente é filho de um ilustre ministro de Estado.

Como a notícia é discutida por larga quantidade de cidadãos, parece-nos salutar que a opinião pública tome conhecimento da verdadeira situação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os números são alarmantes em Curitiba, com o desemprego batendo à porta do trabalhador. Segundo um trabalho muito bem elaborado pela FIEP e também pela Federação dos Trabalhadores da Indústria do Paraná, nós tivemos no primeiro semestre de 1981, em Curitiba, um número assustador de 8.169 pessoas desempregadas contra 4.800 pessoas em igual período do ano próximo passado.

Na Cidade Industrial, cujos investimentos chegaram a 20 bilhões de cruzeiros e cada emprego custa na Cidade Industrial hoje um milhão e 200 mil cruzeiros, deveriam ser gerados 20 mil empregos, e na verdade, isso não acontece. Ainda na Cidade Industrial, Senhor Presidente, a Volvo anuncia a diminuição de produção, o que pode gerar graves conseqüências no que tange a desemprego. A Sperry New Holland prepara-se para conceder férias coletivas. Em passado recente, falências e fechamentos como da Castelo, Estruturas Metálicas, da Sintetex, grupo italiano que se transferiu para a Grécia, a Metal Nobre, Móveis Cimo, enfim, só vemos diminuir a possibilidade para que o trabalhador possa ter melhores condições de ter o seu emprego, no mínimo garantido, para a sua subsistência.

Observa-se uma intranquilidade muito grande em nossa cidade e observa-se também que não há nenhuma tentativa por parte do Governo para beneficiar esta população realmente na condição de hoje, de carente, é bom que se diga.

A Placas Paraná, Senhor Presidente, no primeiro semestre demitiu 350 empregados e a justificativa de que os custos da produção subiram 145%, enquanto os preços de mercado subiram apenas 110%. Os dados apontam ainda uma redução superior a 40% no pessoal utilizado pelas empresas, sendo que destas, 76% acreditam em forte recessão e acredita este Deputado, Senhor Presidente, que somente o crédito para setores produtivos, geradores de emprego possa deixar de comprometer definitivamente, nossa economia e para isso tem que haver uma sensibilidade por parte do nosso Governo.

Obrigado, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No instante em que baixadas as novas tarifas para os transportes de carga no País surge, também, a ameaça de novos movimentos de protestos da abnegada classe dos caminhoneiros que até hoje tem sido a mais sacrificada nesse insolúvel problema da partilha dos fretes rodoviários no Brasil. Enquanto as empresas transportadoras apenas agenciam as cargas, é o caminhoneiro que enfrenta as despesas maiores, desde a compra de veículo, sua manutenção com oficina, gastos com combustíveis e, acima de tudo, expondo em risco sua própria integridade física ao longo das estradas. Sabemos, inclusive, que há transportadora que retém até 60% do valor dos fretes, numa flagrante desigualdade de tratamento infringida à parte fundamental de toda a operação.

Desejamos, pois, no momento em que é decretada a majoração dos fretes, propor ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e a CONET - Conselho Nacional de Tarifas, que estabeleça uma Tabela de Valores que assegure a justa participação dos caminhoneiros, que se fixe, de maneira clara e insofismável, quanto deve ganhar o profissional do volante e quanto deve caber ao empresário que apenas paga o seguro da carga e faz o agenciamento.

Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, desejamos dirigir um apelo à valorosa classe dos caminhoneiros de nossa terra para que se organizem, o quanto antes, numa COOPERATIVA da categoria.

Acreditamos que seja esta a melhor forma para que os caminhoneiros se libertem definitivamente de um sistema per-

verso que os oprime há tanto tempo.

Veja-se, por exemplo, a pujança do cooperativismo agrícola no Oeste paranaense. Fruto do espírito de unidade de uma classe social que se conscientizou que somente com a união de todos alcançaria sua extraordinária força. Estamos certos de que se os caminhoneiros se arregimentarem dentro de um sistema cooperativista, eles acabarão eliminando a perniciosa presença das empresas agenciadoras que tantos malefícios têm causado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez o Paraná Sr. Presidente está sendo cogitado numa tomada de posição que o Governo Federal, deverá determinar brevemente. É com relação ao intercâmbio comercial existente entre o Brasil e Argentina.

Fala-se que o País vai importar da Argentina através de um gasoduto, uma quantidade respeitável de gás liquefeito e de outros produtos derivados de petróleo, através de um sistema que está sendo estudado para canalizar para o Brasil.

Recorda-se, Sr. Presidente, que quando da implantação do pólo petroquímico, o Paraná não fez valer, segundo estudiosos, uma possibilidade técnica e sobretudo, uma possibilidade política da implantação do sistema no Estado do Paraná. Agora, Sr. Presidente, fala-se da construção deste gasoduto e, a questão reside, por onde vai passar este gasoduto: se através do Rio Grande do Sul ou se através do Estado do Paraná. E, a "Gazeta do Povo" através do seu Diretor-Presidente, jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho em recente palestra na Federação da Indústria do Estado do Paraná, colocou em debate esta problemática relacionada com os interesses paranaenses.

E, está se esboçando Sr. Presidente, já nos próximos meses, acredita-se que na segunda quinzena do mês de outubro, o projeto da construção da ponte estará pronto, para depois, se fazer a pré-qualificação das empresas que vão construir aquela ponte. Ligando a Argentina, a exemplo da ligação existente com a Ponte da Amizade no Paraguai. Mas, é hora também Sr. Presidente, do Paraná exigir, postular e encampar a tese de que este gasoduto deverá vir através do nosso território, para que a nossa mão-de-obra ociosa existente, o desemprego e quantos agricultores que estão nas periferias da cidade, desempregados ou sub-empregados, serem aproveitados na construção dessa infra-estrutura que se esboça a partir do final do mês de outubro.

A nossa posição, Sr. Presidente, é para que o Estado do Paraná e também as próprias empresas tenham consciência, a exemplo do que aconteceu com a Usina de Itaipu em Foz do Iguaçu, que as empresas paranaenses que tinham "know how", que tinham tecnologia, que exportam tecnologia, inclusive para outros Estados, para a construção de grandes usinas, não fiquem marginalizadas agora. E que todo o empresariado paranaense e a classe política do Paraná, e, sobretudo a área do Governo, encampe esta idéia de que as empresas paranaenses devem se instrumentar para que, depois, não possam reclamar que a classe política não deu esse respaldo.

E ademais, Sr. Presidente, é necessário que se examine juntamente Governo e os poderes constituídos do Estado do Paraná, além dos empresários, a necessidade de fazer que este gasoduto seja construído através de Foz do Iguaçu, aproveitando, inclusive, toda a mão-de-obra que já está começando a ficar ociosa e o volume de desempregados. E possamos também equacionar as riquezas e todas as disponibilidades de trabalho que existem no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"O IMPARDES e o INCRA têm divulgado dados sobre a crescente concentração de terras em nosso Estado e no Brasil.

Por outro lado, as manchetes diárias nos dão conta de uma triste e assustadora onda de violência urbana.

Há correlação íntima entre estas notícias.

A criminalidade, preocupação nacional, tem merecido diagnósticos vários e entre o receituário mais difundido encontram-se o aumento das forças policiais, o reaparelhamento dos órgãos de segurança e a discussão sobre as medidas punitivas.

Nada disso, a nosso ver, resolverá este problema que deveria ser atacado, de imediato, em suas origens. E uma das causas mais evidentes é o problema da gradativa diminuição dos minifúndios, que provoca o êxodo rural.

Na cidade, o antes produtivo homem do campo, sem condição de emprego e sem dispor de infra-estrutura de apoio, mergulha na degradação urbana que gera, quase sempre, a criminalidade. E, a curto prazo, a explosão de violência que assola as grandes metrópoles contaminará também as médias e pequenas cidades.

A concentração da terra, doença secular deste País, continua a fazer vítimas de forma incontável nas regiões rurais brasileiras.

Os computadores do INCRA nos fornecem os números desoladores: o último cadastramento, revela por exemplo, que os imóveis maiores, entre 10 mil a 100 mil hectares, que detinham 19% da área cadastrada em 1972, hoje detêm mais de 23% da área total.

E, muito pior, nesse mesmo período, os pequenos produtores, com propriedades de até 50 hectares, diminuíram sua participação e ficaram agora, note-se bem, com apenas 9% da área disponível deste imenso País.

O total da área abrangida pelo cadastramento do INCRA cresceu, de 1972 para cá, em mais de 10% e o número de propriedades, inversamente, diminuiu, passando de 3,7 milhões para 3 milhões. Quer dizer, menos 700 mil proprietários.

A lógica natural, entre outras causas pela partilha através da herança, seria o aumento das pequenas propriedades. Estamos portanto conseguindo o milagre de sermos ilógicos.

E nosso Estado não foge a esta triste regra geral. Estudos do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão da Secretaria do Planejamento, revela que o processo de centralização fundiária no Paraná, vem se intensificando, com a diminuição do número de pequenas propriedades.

Segundo estes levantamentos, a concentração mais significativa, no aspecto econômico e social, situa-se na faixa de 10 a 25 hectares, na qual se enquadram quase da metade dos imóveis rurais e que é responsável pela maior parte da produção agrícola paranaense. Esta faixa, que tinha em 1972 cerca de 170 mil imóveis está hoje com apenas cerca de 150 mil. Só aqui, menos de 20 mil propriedades agrícolas. É um quadro de perspectivas assustadoras.

As verdadeiras dimensões do problema fundiário e suas consequências aí estão. Chega a ser dramático a constatação de que no Brasil, maior patrimônio imobiliário do mundo, a produção per capita de alimentos que integram a dieta básica da população, apresentou decréscimo, se compararmos os números de 10 anos atrás.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A política econômica em curso está acabando com os minifúndios. As pequenas propriedades familiares produtivas e responsáveis por grande parte dos gêneros que abastecem nosso

mercado interno, golpe após golpe, estão desaparecendo com graves consequências para a economia e a qualidade de vida do brasileiro.

Urge pensar no redimensionamento de nosso modelo desenvolvimentista. O minifúndio deve ser estimulado e não penalizado, sob pena de, muito breve, todos nós termos de pagar por uma política econômica que o povo paranaense e brasileiro não escolheu, não deseja e não apoia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez ocupamos esta tribuna para enaltecer a luta que trava o jornal "GAZETA DO POVO" em favor do povo de nosso Estado. Inicialmente, foi a tese da energia a custo zero, como pagamento ao Paraná pela construção de Itaipu em seu solo. Depois foi a campanha visando um aumento do Colégio Eleitoral e, conseqüentemente, a representação de nosso Estado em nível político. Ainda recentemente, por outro lado, tivemos oportunidade de defender desta tribuna o cumprimento de legislação que traz uma série de benefícios para o Paraná, em troca da exploração do xisto em São Mateus do Sul.

Todas estas idéias foram levantadas pelo empresário Francisco da Cunha Pereira e demonstradas através do jornal "GAZETA DO POVO".

Hoje, nos vemos diante de duas novas iniciativas. A primeira, visa a participação do empresariado paranaense na construção da Ponte Internacional ligando Brasil e Argentina, cujos editais de pré-qualificação já se encontram em fase de confecção. Todos os nobres colegas devem estar lembrados de que os empresários de nosso Estado ficaram privados de participar da construção da Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu. Obra grandiosa, Itaipu não conta com o "dedo" de representantes de nosso Estado, em função de uma série de obstáculos que foram colocados nos editais da pré-qualificação. Isso não pode ocorrer novamente com a Ponte Internacional.

A segunda iniciativa visa trazer para o nosso Estado a continuidade do gasoduto construído em solo argentino, que pode também entrar no Brasil via Rio Grande do Sul. Ocorre que em nosso Estado existem uma série de facilidades para que tal obra seja construída, a começar pela existência do "linhão" de Itaipu, que poderia ser aprovada, a começar evitando-se com isso uma série de desapropriações. Todos estão lembrados dos ainda recentes conflitos de terras que ocorreram na região de Foz do Iguaçu e Santa Helena, em função de preços. Toda esta problemática poderia se repetir, com novas desapropriações no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Estas duas novas iniciativas do empresário Francisco da Cunha Pereira devem ser, novamente, encampadas pelo Poder Legislativo. É com este objetivo, que apresento os seguintes requerimentos à Mesa:—

(Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente à Secretaria dos Transportes e à direção regional do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, sugerindo a formação de uma comissão de alto nível para estudar a possibilidade de participação de empresários paranaenses na construção da futura ponte ligando o Brasil à Argentina. Esta comissão atuaria em conjunto com a Comissão de Transportes desta Casa.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Sem dúvida alguma, os empresários paranaenses não podem ser esquecidos neste momento, quando se preparam os editais de pré-qualificação para a construção da ponte Brasil-Argentina. Como aconteceu com Itaipu recentemente, os empresários de nossa terra não podem ser esquecidos. Acreditamos que, de um trabalho conjunto entre os órgãos citados poderá sair uma solução que possibilite a participação do paranaense na construção desta obra. Hoje o desemprego é um problema grave em nosso Estado, que se tornará ainda maior com a conclusão de Itaipu, daí a necessidade de ser aproveitada a mão-de-obra local.

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Ministro César Cals, das Minas e Energia, solicitando a viabilização dos estudos que estão sendo realizados visando dar continuidade ao gasoduto construído na Argentina em solo paranaense, aproveitando a existência do "linhão" de Itaipu.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que existem duas propostas, visando dar continuidade ao gasoduto da Argentina em solo nacional: via Rio Grande do Sul e via Paraná. Acreditamos ser de maior importância que o gasoduto seja construído em solo paranaense, em função de uma série de facilidades que adviriam, entre elas o aproveitamento do "linhão" de Itaipu, o que evitaria a realização de desapropriações."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Carlópolis, Sr. Vereador Roberto Salles.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

(Ausente) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

(Ausente) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

(Ausente) No horário destinado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná tem acompanhado, de uma forma apreensiva, as notícias segundo as quais, de acordo com o último censo, a nossa representação Legislativa, na Câmara Federal, sofrerá uma redução. Conseqüência das reformas políticas constantes do "pacote de abril".

Mas, sem sombra de dúvida é uma preocupação para um Estado que, ultimamente, já anda carente de poder político a nível federal.

Logo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento em que o aumento do número de eleitores pode significar a permanência, ou maior representação do Paraná, no Congresso Nacional, cabe à classe política incentivar a agilização do processo de alistamento, para que a totalidade dos cidadãos aptos exerça, efetivamente, seu direito de voto.

O que significa, principalmente, reconhecer à população, no seu direito de participação no processo democrático.

Na medida em que se dinamiza o alistamento eleitoral, não só envolve-se a totalidade da sociedade do processo político também, diminui-se a distância entre cidadão e seus representantes.

E isto não se faz, porém, apenas com campanhas de

conscientização. Cabe aos parlamentares, aos homens que compõe todos os extratos da sociedade brasileira, estudar fórmulas que resultem numa mobilização eleitoral, bastante significativa.

E é com este objetivo que ocupo a tribuna, nesta sessão.

Em primeiro lugar, cabe lembrar a dura realidade econômica em que vive a maioria da população brasileira, já por demais pressionada por um orçamento estrangulado, sem condições de fazer frente a novas despesas, por menores que elas sejam.

E para esta população, a simples exigência de três fotografias para o primeiro alistamento, pode significar o obstáculo para habilitação do seu título de eleitor.

Ora, Srs. Deputados, sendo o voto um direito, não pode estar condicionado ao dispêndio financeiro compulsório, especialmente para quem não se encontra em condições de desembolsar mais nada porque os seus bolsos estão exauridos.

Sugiro então, inicialmente, que, o Poder Público passe a desenvolver um programa especial para atender, se possível gratuitamente, se não, de uma forma profundamente subsidiada, a exigência dessas três fotografias; da mesma forma sugiro que, a multa hoje estipulada em duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros para os cidadãos aptos e que não se alistaram até os 19 anos, venha a ser anistiada, para que, em ambos os casos, nenhum paranaense deixe de participar do pleito de 82, por circunstâncias econômicas.

A Justiça Eleitoral vem cumprindo a sua parte procurando adotar medidas que simplifiquem e agilizem a qualificação de eleitores; hoje, um título é feito em apenas 48 horas úteis, tendo se eliminado a necessidade do comparecimento do eleitor, em várias oportunidades, como enfadonhamente ocorria outrora aos balcões do Tribunal Regional Eleitoral; o órgão oferece atendimento, em horário compatível aos mais diferentes e necessários espaços de horário dos profissionais, e adota ainda um serviço rápido de informação, para facilitar o acesso do cidadão a todas as informações que são necessárias, não só à primeira qualificação, como também para a obtenção da segunda via ou transferência, eliminando-se assim a necessidade de custosos deslocamentos.

Estas medidas, a meu ver, poderiam ainda ser complementadas com a descentralização do processo de alistamento, através de postos de criação a serem instalados especialmente nos bairros mais distantes das grandes cidades, porque, hoje, uma cidade como Curitiba que detém um sistema de transporte de massa que já se estende por dezenas de quilômetros lineares, exige, além do deslocamento físico em prejuízo da atividade profissional, o uso, e não raras vezes, de, duas conduções, para que o interessado venha até o Tribunal Eleitoral. E isto, a meu ver, implica na descentralização do atendimento do Tribunal Regional Eleitoral, o que resultaria em menor dispêndio do tempo e também de dinheiro por parte especialmente da massa trabalhadora que reside na periferia.

Proponho, também, que, não nos descuidemos da questão de transferência de títulos de que, se devidamente atendida, resultará em expressivo contingente de novos eleitores. É preciso conscientizar a população de que, é mais fácil votar, do que justificar a ausência no seu domicílio eleitoral, assim, pessoas que residem em Curitiba há mais de três meses, ficariam dispensadas dos transtornos das filas, dos congestionamentos nas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no dia da eleição.

Essas medidas, Srs. Deputados, são de fácil execução e de relevante alcance, pois, só o exercício do direito do voto faz com que o habitante torne-se cidadão e que este participe do processo de decisão do seu Estado e do seu País, e, só pelo número de eleitores através de uma campanha ampla de alistamento eleitoral é que conquistaremos maior espaço para a representação paranaense, no Congresso Nacional.

Devo aduzir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que este pronunciamento também serve para a hipótese já levantada, da redução da Bancada do Paraná na Câmara Federal, como também de uma proposta que estaria sendo elaborada no próprio Congresso Nacional, para elevar a representação da Câmara dos Deputados, de 420, para 500 Deputados.

De ambas as formas, o que se vê e o que se entende como profundamente necessário é que o Paraná não perca o seu poder de representação a nível federal e esta campanha, sem dúvida, e estas providências, seriam de muita utilidade. Devo também aqui mencionar que, recentemente, fazendo uma visita ao Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, nós pudemos sentir as dificuldades da Justiça Eleitoral do Paraná, a ausência de funcionários nos cartórios eleitorais nas comarcas paranaenses, a ausência de maior número de funcionários para atender ao alistamento e a própria vigilância que deve ser a mais severa possível, para que se evite a fraude no alistamento eleitoral, até o estágio em que possamos alcançar o voto facultativo, o voto espontâneo, como o voto do analfabeto para que não se tenha o dissabor de ver, nos dias de eleição, que pessoas lamentavelmente sem alfabetização, estão votando porque foram ensinadas a desenhar o seu nome.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. LINEU TURRA — Fará uso da palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assumo a tribuna para mais uma vez declinar o meu total pessimismo em relação ao que acontece nesta terra brasileira, muito embora muitos afirmem de que devemos ter otimismo para sair da crise, eu reitero a minha posição de total desencanto, de desentusiasmo e de pessimismo com os homens que dirigem esta Nação, e o faço, Senhor Presidente, com coisas concretas e objetivas que não levam ninguém a pensar romanticamente e ingenuamente nesta Nação. Só podem acreditar os que estão desprovidos de qualquer análise lógica, de qualquer análise racional para acreditar que esta Nação possa sair desta profunda crise em que se encontra, com os homens que a governam. Na verdade, bastaram alguns anos para que não mais acreditássemos na espécie humana que dirige esta Nação e hoje, decorridos 17 anos, nós acumulamos sobejas provas das falácias governamentais, da incúria, da irresponsabilidade e da incompetência que infelizmente se assentaram e teimam em ficar assentadas na direção desta pujante e grandiosa Nação.

Tenho em mãos, Senhor Presidente, o atestado inequívoco da demagogia grossa, gritante e vergonhosa de que esta Nação está possuída, quando este cavaleiro que, sem poder de voto, ascendeu à Presidência da República, e totalmente alienado e haja por estes quadrantes do mundo inteiro, a colecionar cavalos e eqüestres. Sr. Presidente, Srs. Deputados, um cidadão totalmente alienado, ao ponto de pedir o sacrifício da Nação por mais três anos e desconhecer, que os seus assessores imediatos e diretos, esbanjam o dinheiro público, como tenho a prova em mãos, Sr. Presidente, deste formidável convite participativo da inajuração de uma "transnacional estrada", de uma extensão fabulosa de "37 km de asfalto" no interior do Rio Grande do Sul. Obra "gigantesca" deste Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é possível que um cidadão com consciência na Presidência da República, peça à Nação mais três anos de sacrifício. Enquanto o próprio Governo

Federal para comemorar o ato em que o Presidente pede o sacrifício, esbanja dinheiro a torto e a direito, como neste faraônico convite participativo. Estão comunicando que a estrada foi asfaltada.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando os homens da Situação dizem que a Oposição é pessimista, data vênica, data vênica... Quando os homens da Situação começam a criticar alguns órgãos do Governo e passam a assumir postura de Oposição, data vênica, a incoerência está de algum lado. Quer que sejamos otimistas e eles mesmos criticam o Governo e dizem que somos demagogos quando criticamos o Governo. Mas, onde há lógica, onde há coerência? Quando se pede mais sacrifício a um povo e se esbanja o dinheiro dele.

Está aí, Sr. Presidente, o problema da Previdência Social, está aí a indefinição, a falta de uma política racional, de uma política lógica nesta Nação, está aí um amontoado de gente apenas e exclusivamente entregando os interesses nacionais.

Análise-se um só aspecto: a Previdência Social. O que que estes homens que dirigem a Nação querem?

De um lado, dão dinheiro estimulando que o brasileiro tenha filhos, através do auxílio natalidade. Um prêmio para quem tem um filho e dinheiro: o auxílio natalidade. Do outro lado, distribuem pílulas para que este povo não tenha mais filhos. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a forma irônica de se gastar mais dinheiro - gastar mais dinheiro dando estímulo para ter filho - gastar mais dinheiro fazendo a pílula para não ter filho.

Afinal, se quer aumentar a população ou se quer diminuir? E estes homens que aí estão, que se preocupam na calada da noite em tentar através da imprensa, conseguir a prorrogação de mandatos ou ganhar as eleições de formas sibilinas e sutis. Por que não canalizam essa energia em encontrar uma fórmula de salvar esta Nação?

Por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados? E é o desafio que a Oposição tem feito. O Governo está totalmente perdido, a nau está à deriva, não há rumo certo, não há timoneiro. Esta orquestra está desafinada e os próprios homens do Governo, muitos deles, são os que hoje, teimosamente, vêm a público como veio a público o Prefeito de Londrina numa incoerência gritante, criticando os órgãos governamentais, mas, pedindo apoio para o Partido do Governo, sustentar estes mesmos homens que eles criticam, estes mesmos homens que eles discordam. Tentar convencer o povo que se deve dar mais uma oportunidade. Oportunidade para os incompetentes, para os corruptos, para os que estão entregando os interesses nacionais?

Eu duvido, mas duvido mesmo, que o povo brasileiro seja de uma incapacidade tamanha, de não entender este jogo ardiloso e astuto, que se quer fazer com ele. Criticar o Governo mas conseguir o voto para ele. Esta posição dúbia, me desculpem os ilustrados e competentes e ardilosos e maquiavélicos homens do Governo. Não conseguirão traduzir isso nas urnas. Não conseguirão porque antes e acima de tudo, no homem simples do povo, no trabalhador, no cidadão brasileiro, há uma coisa muito maior, que é o amor por essa terra. E o amor por essa terra não se confunde pelo respeito aos governantes. Pode-se respeitar os governantes e se amar o Brasil ao mesmo tempo. Mas para se amar o Brasil, hoje sim, é necessário dar um pontapé nos fundilhos dos homens que estão no Governo. Expungí-los do Poder, porque eles, infelizmente, têm sido a desgraça desta Nação. Eles infelizmente estão levando esta Nação ao desespero, à desesperança. Eles são os responsáveis por tudo que de mal está acontecendo. E não me venham dizer de que é a contingência internacional, de que é a crise internacional, de que o Brasil está sofrendo as consequências internacionais.

Porque há alguns anos atrás falavam que era o petróleo o responsável, hoje, como cansou o problema do petróleo, como hoje o petróleo é um cavalo de batalha para o próximo Governo faturar em cima do povo, não se pode mais argumentar

de que é o petróleo o responsável. Por isso, Sr. Presidente, eu me nego a receber este convite e vou devolvê-lo ao DNER. Vou devolvê-lo com uma carta endereçada a este cidadão que subscreve este convite. Dizendo a ele que se quer realmente ajudar o Governo, se realmente quer ajudar o Governo, que não proceda desta maneira. Porque o dinheiro gasto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num convite deste e que foi enviado para um simples Deputado da Oposição, como foi enviado para Vereadores e para todos os homens de autoridade nesta Nação. O que vale dizer, que foram impressos aos milhares. No custo deste papel, ele que faça melhor uso deste dinheiro, talvez se não fosse impresso este convite, poderíamos perfeitamente isentar até do aumento que o Governo vai implantar na Previdência Social, muitos trabalhadores. E eu pergunto: será que os dois por cento que vão cobrar do trabalhador não será também para o INPS usar da maneira como o DNER está usando? Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que falta mesmo a este Governo, quando falo em Governo falo do primeiro ao décimo escalão, falo de todos que partilham do Governo e que sustentam o Governo, o que falta mesmo, é um pouco de vergonha na cara.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto a Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do seu horário. Tendo declinado, consulto a Liderança do PTB. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 43 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º Secretário — (Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Responderam a chamada nominal 40 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n.º 39/81, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente. Recebida. Junte-se ao projeto citado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/78, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Ubatuba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede aos inscritos no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE e na Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça — CPSJ, redução sobre multa, juros e correção, ao saldarem seus débitos em atraso, nas condições que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80, de autoria do

Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que denomina "Prefeito Moacir Corrêa", a rodovia PR-517, trecho que liga Andará à Cidade de Itambaracá. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 52/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de junho de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Como se deprende da análise do relatório de atividades e documentação anexos, a entidade que apresentamos à declaração de utilidade pública-mantenedora de exemplar estabelecimento de ensino - tem se destacado pela operosidade e dedicação de seus dirigentes e membros, para a consecução de seus objetivos.

Por estas razões e tendo em vista a organização enquadrar-se nas normas vigentes, propomos o presente plano de lei esperando contar com o paoiamento dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 52/81

PARECER

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei n.º 52/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Escola Suíço-Brasileira, com sede nesta Capital.

Analisando-se a matéria através da justificativa apresentada e da documentação nela inserida, temos que a entidade cuja utilidade pública é solicitada, preenche os requisitos essenciais previstos na Lei n.º 6994, de 10/01/78, reguladora do instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente;

LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja transformada em Sessão Solene, a sessão ordinária do dia 25 do corrente mês, a fim de ser convenientemente comemorado o centenário de nascimento do Almirante Dídio Iratym Affonso da Costa. Solicita ainda, que em virtude da realização, neste plenário, do 4.º Seminário Paranaense de Desenvolvimento, previsto para os dias 26, 27 e 28 do corrente, não sejam marcadas sessões para essas datas. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 169/80.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 8/81.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimento a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à Itaipu Binacional, Furnas - Centrais Elétricas S/A e ELETROBRÁS.— Rejeitado.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

24 Srs. Deputados o rejeitam; 5 Srs. Deputados o aprovam. Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que determine à TELEPAR prestar informações com relação ao uso do posteameto da COPEL.— Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de pedido de informações à COPEL, indagando sobre os motivos que levaram a empresa, a afastar o professor Celso Saveli Gomes, do desenvolvimento do projeto de produção de biogás, ora em execução na Universidade Católica do Paraná.— Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

24 Srs. Deputados o aprovam; 1 Sr. Deputado o rejeita. Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para que os Anais registrem:

Hoje, o jornal "O Estado do Paraná" publica uma entrevista do nobre Líder do PMDB nesta Casa, Deputado Nelson Friedrich, em que ele novamente e gratuitamente faz acusações à Bancada do PDS, tachando-a de "comodista", que, "não aprovava e nem rejeitava o requerimento de convocação de um Secretário de Estado".

Hoje, vê Vossa Excelência, o quanto ele foi injusto, porque, todas as vezes a Bancada votou contra a convocação do mencionado Secretário de Estado, porquanto ele enviou ao próprio Líder do PMDB, as explicações necessárias, muito antes de o requerimento de convocação ser apreciado por esta Casa. Vê Vossa Excelência, que, a Bancada votou, hoje, como sempre votou, contrariamente à convocação: agora, vê Vossa Excelência que, na votação dos requerimentos subseqüentes, a Bancada da Oposição, usando um direito legítimo, direito que em todos os Paramentos do mundo se exercita, mas, se retirou, respondeu a chamada nominal e se retirou, a fim de não possibilitar "quorum" para a votação.

Então, eu só queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vai aqui nenhuma censura à Bancada da Oposição, porque isto faz parte da regra do jogo parlamentar, mas, apenas para que não se cometam mais injustiças, como a que se cometeu nessa entrevista contra a Bancada do PDS, que, não é "comodista" Ela vota contrariamente às matérias que tenham cunho político, como determinados pedidos de informações e convocações de Secretários de Estado têm, furdo nitidamente político.

Então, a Bancada também, no seu entendimento, no seu

direito de exercitar também um dever político, vem, sistematicamente, rejeitando e rejeitará sempre, requerimentos dessa natureza.

São estas as explicações que eu queria fazer em defesa de nossa Bancada, e para que os Anais da Casa constatem que, a retirada de plenário é um jogo limpo usado por todas as Bancadas, nesta Casa.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa registra as declarações do nobre Deputado Erondy Silvério e prossegue ...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Pela ordem, com a palavra o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, nosso registro é tão somente para que coloquemos com clareza aquilo que é da prática que nós estamos exercitando. A nossa intenção, o nosso objetivo, é visível. A maioria que obviamente assumiu os ônus ou os privilégios dessa maioria. Trinta e dois Senhores Deputados poderiam ter rejeitado esse requerimento no dia 28 de maio de 1981, não rejeitá-lo no dia de hoje.

Acho que aqui a matemática fala muito mais do que eu possa dizer, e concluo, Sr. Presidente, que há que se repor aqui, a tradição do Parlamento.

Esse tipo de expediente, é caracteristicamente das minorias, portanto, respeitemos ao menos, as lições do passado e do presente em todos os grandes Paramentos do mundo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações referentes ao Relatório de atividades da SANEPAR de 1980.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de um pedido de informações ao Secretário das Finanças, sobre a convocação por edital de 150 pessoas para prover o quadro de agente fiscal da Coordenação da Receita do Estado.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo a construção de uma Estação Rodoviária e de um prédio para abrigar a Coletoria Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do CNP- Conselho Nacional do Petróleo, encarecendo o congelamento do preço do G.L.P., até o final de 1981, favorecendo o equilíbrio do orçamento de milhares de famílias.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado do Paraná, encarecendo envio de mensagem propondo a abertura de crédito especial, destinado ao pagamento de dívida da Associação de Câmaras Municipais do Paraná.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando a inclusão de verba no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1982, à Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão-FUNDES-CAM.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao

Sr. Governador, contendo apelo de estudantes de Tamarana, Distrito de Londrina.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador a suspensão por um (1) ano, do prazo de interstício para promoção funcional, da lei que regula a disciplina à Procuradoria Geral do Estado.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela nomeação do Dr. Luciano Lacerda à Presidência da Junta Comercial do Paraná.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de ofícios à Boa Vista Companhia de Seguros, e à Superintendência dos Seguros Privados, encarecendo esclarecimentos sobre informações que circulam com relação ao contrato ajustado entre a Binacional Itaipu e a Companhia Boa Vista de Seguros.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Ministro dos Transportes, encarecendo que os editais de pré-qualificação para a construção da ponte Brasil-Argentina possibilitem a participação do empresariado paranaense.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando envio de expediente ao Ministro das Minas e Energia, encarecendo a viabilização dos estudos que estão sendo realizados visando dar continuidade ao gasoduto construído na Argentina em solo paranaense, aproveitando a existência do "linhão" de Itaipu.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando envio de expediente à Secretaria dos Transportes e à Direção Regional do DNER, sugerindo a formação de uma comissão de alto nível para estudar a possibilidade de participação de empresários paranaenses na construção da futura ponte ligando o Brasil à Argentina, esta comissão atuaria em conjunto com a Comissão de Transportes desta Casa.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja adaptada à Constituição Estadual a regulamentação da Reciprocidade de Tempo de Serviço para a aposentadoria dos professores.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro da Previdência Social, em forma de sugestão, no sentido de que neste ano em que se comemora o "Ano Internacional das Pessoas Deficientes", para que sejam concedidas as aposentadorias aos trabalhadores portadores de deficiências físicas, aos 20 anos para as mulheres e 25 anos para os homens.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências para a implantação de curso de 2.º grau no Distrito de Santa Galo, Município de Guarapuava.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela comemoração do 127.º aniversário da gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná.— Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em pedido de informações sobre recursos financeiros. Encerrada a discussão.

cussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para elaborar estudos visando a continuação do Estádio Estadual do Paraná (Pinheirão). — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente do BANESTADO S/A, encarecendo a instalação de uma Agência Bancária no recém-criado Município de Douradina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do acesso à sede do Distrito do Turvo, Município de Guarapuava. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo sejam efetuados estudos com vistas a melhorias na praça de esportes do Município de Tuneiras do Oeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Coordenador do INAMPS no Estado do Paraná, encarecendo diligência quanto ao atendimento médico-hospitalar aos trabalhadores rurais no Município de Barbosa Ferraz. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às lideranças das bancadas de todas as agremiações partidárias no Senado e na Câmara Federal, no sentido de que estas se manifestem contrariamente ao chamado "pacote previdenciário", que deve chegar esta semana ao Congresso Nacional. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, com respeito às atividades do Museu da Imagem e do Som do Estado do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, o editorial da Gazeta Mercantil, com o título "Um Dia de Luto para o Bamerindus". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Cultura e Esportes e Superintendente do Teatro Guaíra, alertando sobre irregularidades ocorridas no Pequeno Auditório do Teatro Guaíra, e apuração das responsabilidades. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de determinar à Secretaria dos Recursos Humanos, para que, proceda a implantação da contagem recíproca. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, reiterando pedido da Câmara Municipal de Campo Mourão, através da ACAMDOZE, visando agilização de diversas obras e demais itens. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da síntese extraída do trabalho elaborado pelo economista e pesquisador Almir Nadolny Rockembach, denominado "Fundamentos para um Programa

Alternativo de Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências a respeito da Delegacia de Polícia de Rolândia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao paranaense Eraldo Hortmann, que conquistou o título de campeão masculino de florete no Torneio Nacional AFA de Esgrima, realizado em Pirassununga, Estado de São Paulo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à direção da PARANATUR, consubstanciado em sugestão a adoção de uma programação específica de turismo para os Saltos de Sete Quedas, localizados no Município de Guaíra e que desaparecerão após a formação do Lago Internacional de Itaipu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja cientificado o Tribunal de Justiça do Estado, bem como o Tribunal Regional Eleitoral, através de seus presidentes, no sentido que aquele Poder envie mensagem ao Executivo, encarecendo seja suplementado o orçamento correspondente à Justiça Eleitoral com vistas à intensificação do colégio eleitoral paranaense. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Presidência e Delegacia Regional do I.B.D.F., encarecendo providências para conter incêndios no Parque Nacional Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário das Finanças e Coordenador da Receita do Estado, encarecendo as segundas vias de documentos de receita dos anos de 1949 a 1960, que se encontram na Delegacia Regional da Receita do Estado, de Cascavel, para que sejam tombadas como patrimônio histórico e entregues aos cuidados do Município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo a formação de um grupo de trabalho em conjunto com a Comissão de Indústria e Comércio desta Casa de Leis, para estudo da legislação referente aos benefícios que o Paraná deverá ter com a exploração do xisto em seu solo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão visando a formação de uma Comissão Inter-Secretarial (Planejamento, Recursos Humanos e Finanças) para estudo de medidas que venham a beneficiar os integrantes da Polícia Militar do Paraná, como reajustes semestrais, 13.º salário e outras. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo seja envidado esforços no sentido de serem enquadrados no Quadro Único de Pessoal Civil, do Poder Executivo os funcionários que estão prestando serviços na Secretaria das Finanças na Classe Única de Serviços Diversos para Agentes Fiscais, Símbolo AF-4, do Quadro Próprio da C.R.E. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solici-

tando seja oficiado ao INCRA, em forma de apelo no sentido de suspender o desconto de vinte por cento que vêm impondo aos municípios, no produto do imposto sobre propriedade territorial rural. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Presidente do I.T.C. e Delegado do I.B.D.F. no Paraná e respectivo presidente nacional, encarecendo informações sobre denúncias vindas da Câmara Municipal de Mandaguari e “Loja Maçônica Estrela do Norte II”, da mesma cidade, sobre derrubada de árvores às margens do Rio Ivaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo cópias dos contratos e eventuais aditivos firmados entre a Companhia e as firmas empreiteiras das construções de núcleos habitacionais de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Ministro da Desburocratização, consubstanciado em sugestão no sentido de ser abolido o licenciamento da pesca amadora. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine aos órgãos competentes, a elaboração de estudos visando a concessão do 13.º salário aos funcionários públicos do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, em forma de apelo no sentido de viabilizar a criação de “Mini-Postos” de Saúde, nas localidades de Pontal do Sul e Ilha do Mel, Município de Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do “Dia do Carteiro”. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação, para o ano letivo de 1982, Curso de Segundo Grau na Escola Olavo Bilac, localizada no Distrito de Sarandi, Município de Marialva. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação, para o ano de 1982, Curso de Segundo Grau, na Escola Branca de Mota Fernandes, da cidade de Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópias xerox do pronunciamento feito em Paranaguá, pelo Vereador Massami Takaiama ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças e Diretor da Coordenadoria da Receita do Estado, encarecendo a instalação de uma Agência de Rendas no Distrito de Boa Vista da Aparecida, brevemente emancipado de Capitão Leônidas Marques. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Prudentópolis, Senhor Nelson Dal Santos, pela entrega da nova

sede da prefeitura local à população. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, pela passagem dos seus 25 anos de criação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo a inclusão de verba no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1982, à Fundação do Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, reiterando solicitação aprovada por esta Casa, em sessão do dia 18 de abril de 1979, para a construção de duas salas de aula na localidade de Canoas, Município de Dois Vizinhos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex às Lideranças de todos os partidos políticos junto a Câmara e o Senado Federal, hipotecando apoio ao projeto de lei, de autoria do Senador Leite Chaves, encarecendo idêntico apoio a essas lideranças, que visam prorrogar pelo prazo de dois anos, os débitos relativos ao custeio do café geado no corrente ano. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de uma sala de aula, anexa ao Grupo Escolar já existente na localidade de Alto Marrequinha, Município de Santa Isabel D'Oeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de três salas de aula na localidade de Nova Vitória, Município de Nova Prata. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de uma Quadra de Esportes na Sede do Distrito de Nova Estrela, Município de Santa Isabel D'Oeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DETRAN no Estado do Paraná, encarecendo providências referentes a problemas com documentos na CIRETRAN de Ubatuba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo que seja incluída no projeto da reforma eleitoral uma anistia ampla a todos os brasileiros que não se alistaram junto aos Tribunais Regionais Eleitorais na época oportuna. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/81.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/81.

Marcando ainda, uma sessão ordinária, sexta-feira, dia 21, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 27/81, 30/81 e 31/81.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

9.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e um, reuniu-se sob a Presidência do Deputado Quielse Crisóstomo, a Comissão de Finanças. Contando com a presença dos Senhores Deputados Membros, Suplentes da Comissão e outros Senhores Deputados cujas presenças foram anotadas em separado para posterior envio ao Senhor Primeiro Secretário deste Poder, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. Nada havendo para a Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes proje-

tos: *PROJETO DE LEI N.º 125/78, de autoria do Deputado Erondy Silvério, dispondo sobre a privacidade do Despachante de Trânsito do Paraná. Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 38/81, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho introduzindo alterações na Lei n.º 6.149, de 9 de setembro de 1970 (Regimento de Custas Judiciais). Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião do que para constar, eu Nelson Sílvio Salles, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.*

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1981.

aa) QUIELSE CRIÓSTOMO
Presidente

Nelson Sílvio Salles
Secretário